



ARQUITETURA E URBANISMO

LUIZA AVELINO MARTINS

**CENTRO DE APOIO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CLASSES
DE VULNERABILIDADE**

Itaperuna

2021

LUIZA AVELINO MARTINS

**CENTRO DE APOIO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CLASSES
DE VULNERABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado como
requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel
em Arquitetura e Urbanismo I ao
Centro Universitário Redentor.

Orientador: Prof. Luis Gustavo Rosadas

Itaperuna

2021

RESUMO

Este trabalho consiste na elaboração de um projeto de Centro de Assistência para indivíduos com baixa renda e população em situação de rua em Bom Jesus do Itabapoana-RJ, para que tenham acesso a assistência médica, psicológica, alimentação e educação, com a possibilidade de reinserção na sociedade. A necessidade de um espaço que promova esse tipo de questão é fundamental para uma cidade e para sua evolução, pois temos o dever de ajudar ao próximo. Assim, o objetivo do trabalho é criar uma arquitetura que possa ajudar a população em situação de rua e as classes de vulnerabilidade, com um local que sirva de apoio para qualquer dificuldade, que supra suas necessidades básicas e que ofereça empregos e moradia temporária. Além de oferecer suporte para suas famílias, como acesso a saúde, a educação, a segurança e o bom convívio social entre todos, que são questões fundamentais e de prioridade para todos os indivíduos.

Palavra-chave: Arquitetura Social. Centro de Apoio. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

This work consists of the elaboration of a Assistance Center project for the lower classes and homeless people in Bom Jesus do Itabapoana-RJ, so that they have access to medical, psychological, food, education, with the possibility of reintegration into the society. The need for a space that promotes this type of issue is fundamental for a city and for its evolution, as we have a duty to help others. Thus, the objective of the work is to create an architecture that can help the homeless and the lower classes, with a place that will support any difficulty, that meets their basic needs and that offers jobs and temporary housing. In addition to offering support for their families, such as access to health, education, security and good social interaction among all, which are fundamental issues and a priority for all individuals.

Keyword: Social Architecture, Support Center, Vulnerability.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. MARCO TEÓRICO	13
2.1. História	13
2.2. Vulnerabilidade e Pobreza	14
2.3. Educação	15
2.4. Trabalho.....	17
2.5. Renda.....	18
3. REVISÃO DA LITERATURA.....	19
3.1. Histórico de acolhimento no Brasil.....	19
3.2. O Acolhimento e suas Modalidades.....	21
3.2.1. Abrigo Institucional	22
3.2.2. Casa Lar	22
3.2.3. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	23
3.2.4. República.....	23
4. PROBLEMÁTICA EMPÍRICA	24
5. JUSTIFICATIVA	26
6. OBJETIVO GERAL	28
6.1. Objetivos Específicos.....	28
7. DELIMITAÇÃO DO PÚBLICO ALVO.....	29
7.1. Caracterização da População	29
7.1.1. Por Gênero	29
7.1.2. Por Faixa Etária	30
7.1.4. Mercado de Trabalho.....	32
7.1.5. Renda	33
8. TERRENO	34
8.1. Macro e Microlocalização.....	34
8.1.1. Macrolocalização	34
8.1.2. Microlocalização	35
8.1.3. Equipamentos Relevantes.....	36
8.1.4. Uso e Função	37
8.1.5. Cheios e Vazios.....	38

8.1.6. Gabarito.....	39
8.1.7. Macrolocalização	40
8.2. Condicionantes Ambientais.....	40
8.2.1. Topografia.....	40
8.2.2. Insolação e Ventilação.....	41
9. ANÁLISE DE VISITAS	43
9.1. Projeto A Rede X.....	43
9.2. IDES (Irmandade do Divino Espírito Santo)	37
10. REFERÊNCIA PROJETUAL	40
10.1. Específica	40
10.1.1. Casa Rana / Made in Earth.....	40
10.2. Específica	43
10.2.1. Escola Vibeeng / Arkitema Architects	43
11. LEGISLAÇÃO	47
11.1. Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 547/1999)	47
11.2. Código de Obras do Município (Lei nº 546/1999).....	48
11.2.1. Demolições – Capítulo V	48
11.2.2. Das Condições Gerais Relativas às Edificações – Capítulo VII.....	48
11.2.3. Código de Segurança contra Incêndio e Pânico para o Estado do Rio de Janeiro, Decreto Lei 897 de 21 de setembro de 1976.....	50
11.2.4. NBR 9050/2004	50
12. REFERÊNCIAS	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Bom Jesus do Itabapoana-RJ	11
Figura 2 - Histórico do acolhimento no Brasil	21
Figura 3 - Sede da Rede X.....	43
Figura 4 - Croqui da planta baixa	44
Figura 5 - Recepção/Bazar.....	44
Figura 6 - Varanda	44
Figura 7 - Sala de aula	45
Figura 8 - Croqui da planta baixa	46
Figura 9 - Informática/Biblioteca	46
Figura 10 - Atendimento médico	47
Figura 11 - Croqui da planta baixa	47
Figura 12 - Cozinha.....	48
Figura 13 - Área externa e Depósito	48
Figura 14 - Sede da IDES	37
Figura 15 - Sede Lar São Vicente	38
Figura 16 - Sede Centro de Educação infantil e Formação Aprendiz.....	38
Figura 17 - Casa Rana / Made in Earth.....	40
Figura 18 - Casa Rana / Made in Earth.....	41
Figura 19 - Planta Baixa.....	41
Figura 20 - Corte	42
Figura 21 - Corte	42
Figura 22 - Escola Vibeeng / Arkitema Architects	43
Figura 23 - Implantação da escola	44
Figura 24 - Área externa da escola	44
Figura 25 - Mapa esquemático.....	45
Figura 26 - Escada da escola.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da População Adulta entre 1991 a 2010	16
Gráfico 2 - População que frequenta A Rede X	30
Gráfico 3 - Diferença de quantidade de pessoas por idade.....	31
Gráfico 4 - Escolaridade da população vulnerável	32
Gráfico 5 - Situação do mercado de trabalho	33
Gráfico 6 - Caracterização da renda	33

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Macrolocalização do terreno	34
Mapa 2 - Recorte raio de 500m, Microlocalização do terreno	35
Mapa 3 - Recorte raio de 500m, equipamentos relevantes	36
Mapa 4 - Recorte raio de 500m, uso e função	37
Mapa 5 - Recorte raio de 500m, uso e função	38
Mapa 6 - Recorte raio de 500m, Gabarito	39
Mapa 7 - Recorte raio de 500m, Gabarito	40
Mapa 8 - Recorte raio de 500m, Topografia.....	41
Mapa 9 - Recorte raio de 500m, sol e ventilação	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Requisitos para o projeto	47
Tabela 2 - Afastamento mínimos.....	S49

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 1º, inciso III, referente ao princípio da dignidade da pessoa humana, todos têm o direito de uma vida digna, onde todas as suas necessidades consideradas básicas devem ser supridas. Diante disso, vê-se a necessidade de criar um centro de acolhimento para esses indivíduos na cidade de Bom Jesus do Itabapoana.

A cidade de Bom Jesus do Itabapoana (Figura 1), localizada no interior do Rio de Janeiro, encontra-se em uma situação na qual muitos indivíduos vivem em condições precárias e até mesmo sem residência. Muito deles não têm local no qual recorrer ajuda, estando sujeito a doações de pessoas que moram na localidade, seja em distritos, cidades próximas ou de grupos que se sensibilizam pela internet.

Figura 1 - Localização de Bom Jesus do Itabapoana-RJ



Fonte: Wikipédia (com adaptação pessoal) (2020).

A situação na qual vivem esses indivíduos na rua faz com que os mesmos não tenham como realizar suas necessidades básicas, o que é inadmissível de se presenciar nos dias atuais em que vivemos. Todos possuem direito à dignidade,



como diz a Constituição de 1988, sem exceção de qualquer um, porém a realidade não reflete esse direito. Muitas vezes essas pessoas são vistas como objetos ou como se não fossem humanos, sendo deixados de lado no dia a dia, sem oferecimento de algum tipo de ajuda ou questionamento sobre suas necessidades como pessoa humana.

Bom Jesus do Itabapoana é considerado uma cidade tranquila de se viver, se comparada com as grandes cidades ou capitais do território brasileiro, por ser um município com a população relativamente pequena. Desse modo, é necessário que seja criado um centro de apoio para que esses indivíduos e suas famílias possam ser beneficiados de uma forma mais recorrente, dando-lhes a possibilidade de um trabalho fixo, de moradia temporária ou para suprir suas necessidades.

Nesse interim, o tratamento humanizado é de extrema relevância, visto que os indivíduos precisam ter a confiança de que irão receber suporte em áreas de sua vida que estejam enfrentando dificuldades. Sendo assim o objetivo deste trabalho é projetar um espaço que possa atender os indivíduos de forma digna e satisfatória observando as necessidades e características de cada um, sempre preservando o bem-estar comum entre todos.

2. MARCO TEÓRICO

2.1. História

A história da desigualdade e da pobreza tem início anteriormente ao surgimento da globalização e do sistema capitalista onde, “originada da divisão de trabalho manual e intelectual e da produção de um excedente gerado no campo, a cidade antiga e a medieval continham suas contradições” (VÉRAS, 2003, p. 83). Assim, de modo a satisfazer suas necessidades, por intermédio do trabalho, e produzir “bens”. Ao longo dos tempos, os homens foram aumentando sua força de trabalho, com o objetivo de reforçar suas riquezas, e desse modo contribuiu para os surgimentos das classes sociais junto com a exploração do homem (Garcia, 2012).

O Capitalismo se inicia durante os séculos XIII e XIV (GUIMARÃES, 2016), puramente com a criação da burguesia – uma nova classe que visa bens de produção e capital, assim se tornando os proprietários de riquezas e meios de produção. Apenas séculos depois, com a queda feudalismo e a ascensão da industrialização - produção, relações comerciais e lucratividade (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013), o Capitalismo se construiu como forma de Governo.

Antes do capitalismo, a pobreza era resultado da combinação das barreiras naturais e sociais. A forma social do capital, por sua própria lógica de acumulação, criou as condições, pelo altíssimo grau de desenvolvimento das forças produtivas, para a superação das barreiras naturais que obstaculizavam a suplantação da pobreza, já que elevou, a níveis sem precedentes, a produtividade do trabalho e, por consequente, a produção de riquezas. No entanto, as relações sócias de produção capitalista, que engendraram as condições que propiciaram a superação das barreiras naturais, são, ao mesmo tempo e contraditoriamente, uma barreira social (não natural) que impossibilita a distribuição da riqueza produzida e, dessa forma, impede que todos os homens possam satisfazer suas necessidades e ter uma vida plena de sentido. Por essa razão é que Max afirmou que com superação do capitalismo, podemos, enfim, sair da pré-história da humanidade. (TUMOLO, 2012, p. 14.)

A partir das reflexões de Bauman (1997) é notável perceber que com a crescente globalização e o avanço da tecnologia vêm gerando grandes fatores negativos no mundo, principalmente a desigualdades sociais, atrelada com a falta



de planejamento e desempenho de políticas públicas que ajudariam na melhora social e diminuição das desigualdades.

2.2. Vulnerabilidade e Pobreza

Ao tratarmos de vulnerabilidade social, temos inicialmente seu conceito como “situação socioeconômica de grupos de pessoas com poucos recursos financeiros, de moradia, educação e acesso a oportunidades para sua evolução enquanto habitante” (BUSSO, 2001), ou seja, é a união de acontecimentos que fazem com que vários habitantes padeçam com a escassez de oportunidades, o que ocasiona um cenário de instabilidades.

Temos dois grandes eixos do processo de vulnerabilidade do indivíduo: o econômico e o social, a primeira leva a privação material enquanto a segunda ao isolamento social (SCHUMANN, 2014).

Existe ainda a vulnerabilidade territorial, com a urbanização, alguns bairros se tornaram periferias com falta de planejamento o que acarreta grandes processos de desqualificação social. E com a maior e gradativa expansão urbana, maior é essa segmentação social demográfica.

No que tange à área legal, a Constituição Federal garante a todos os cidadãos direitos básicos e iguais, e apesar desses direitos garantidos constitucionalmente, muitos deles tem esses direitos violados, pois não possuem ativos para exercê-los devido a essa vulnerabilidade (BRASIL, 1988).

No que diz respeito à pobreza, essa é muito difícil de tentarmos apontar só um divisor comum, visto que está enraizada e tem origem em um conjunto diverso de fatores. Com isso temos Crespo (2002) expondo que “Muitos fatores convergem para tornar a pobreza um fenômeno multidimensional inter-relacionado. Isso significa que a pobreza e suas causas variam segundo a idade, gênero, cultura e outros contextos sociais e econômicos.”

Em grande escala, a pobreza é a abstenção do que é necessário para o bem estar material. Porém há também um aspecto psicológico da pobreza, que leva os mais pobres a se tornarem elementos vulneráveis a humilhação e os torna mais distante de qualquer participação na sociedade.



2.3. Educação

A educação formal é estruturada, ela tem local específico, é regulada por lei e tem suas próprias normas de ensino, que deve ser seguida por todos. Desse modo, espera resultados, explora os dados alcançados a partir dos planejamentos anteriormente realizados.

Já no ensino não formal pode ocorrer em diversas formas, visto que ela abrange o envolvimento político, as bagagens que se obtém ao longo do ciclo da vida, o exercício e o reconhecimento de competências, o entendimento sócio-político da comunidade e suas instituições, produção da identidade comunitária, visto que no ensino não formal, às técnicas utilizadas no método de estudo vem da cultura das pessoas e das classes (GOHN, 2006, p. 31).

De acordo com Gohn (2006), deve-se entender o ensino informal como aquele que se obtém nos vínculos sociáveis, no procedimento de sociabilização, tal como, entre os familiares, com colegas, com a comunidade, associações e os mecanismos de comunicação em geral. Assim sendo, aparecem como a imagem do instrutor os próprios pais, um líder religioso, um vizinho e etc. Brandão nos lembra (1985, p.47) de que “[...] a educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre seus participantes”.

Já Paulo Freire apresenta pedagogia de educar através do cotidiano dos estudantes e suas experiências com o mundo, desse modo, ele acreditava no diálogo entre aluno e professor. Criticava que o professor fosse guardião de todo o conhecimento, e que o aluno fosse apenas um “depositório” — o que ele chamava de “educação bancária”. O mesmo analisa que modificar os estudantes em objetos receptores é um teste de monitorar o raciocínio e realização, move mulheres e homens a se adaptarem ao mundo e impede a sua capacidade imaginativa (FREIRE, 1970, p. 77).

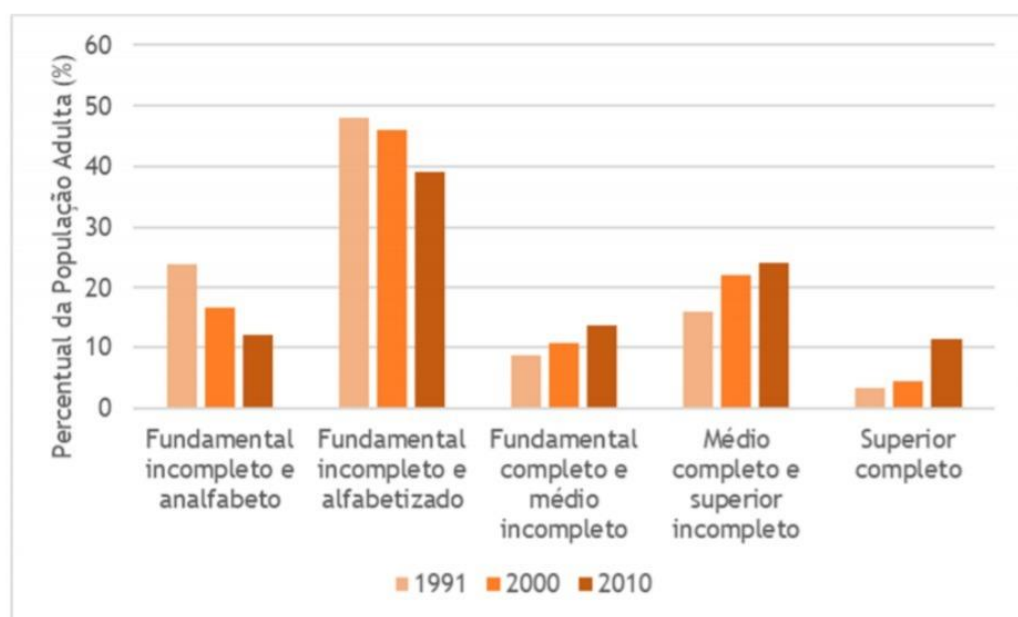
Dessa forma, a metodologia de ensino moderno se torna mais eficiente e como afirma José Carlos Libâneo, em seus textos:

Insistimos bastante na exigência didática de partir do nível de conhecimentos já alcançado, da capacidade atual de assimilação e do

desenvolvimento mental do aluno. Mas, atenção: não existe o aluno em geral, mas um aluno vivendo numa sociedade determinada, que faz parte de um grupo social e cultural determinado, sendo que essas circunstâncias interferem na sua capacidade de aprender, nos seus valores e atitudes, na sua linguagem e suas motivações. Ou seja, a subjetividade e a experiência sociocultural concreta dos alunos são o ponto de partida para a orientação da aprendizagem. Um professor que aspira ter uma boa didática necessita aprender a cada dia como lidar com a subjetividade dos alunos, sua linguagem, suas percepções, sua prática de vida. Sem essa disposição, será incapaz de colocar 17 problemas, desafios, perguntas, relacionados com os conteúdos, condição para se conseguir uma aprendizagem significativa. (LIBÂNEO, 2017, p. 30).

Com isso, apresenta-se os dados coletados no IBGE cidades sobre o município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, sobre a educação e o impacto que apresenta sobre o setor do trabalho. Para a população adulta, com 25 anos ou mais, no mesmo ano (BRASIL, 2010), 11,86% eram analfabetos, 49,03% tinham o ensino fundamental completo, 35,47% possuíam o ensino médio completo e 11,41%, o superior completo. Na Figura 4 está apresentada a evolução da educação da população adulta no período de 1991 a 2010, conforme informações do PNUD (BRASIL, 2013).

Gráfico 1 - Evolução da População Adulta entre 1991 a 2010



Fonte: PNUD (2013)



2.4. Trabalho

O trabalho é abundante de sentido social e individual, é um meio de produção da vida de cada um ao fornecer matéria, criar significado existencial ou auxiliar na estruturação da identidade e da subjetividade (TOLFO, 2007; PICCININI, 2007).

O cenário do trabalho está associado a várias mudanças, como, aumento da competitividade entre outras empresas, globalização dos mercados, inovações tecnológicas, flexibilidade vinculada ao trabalho, dentre outras. É valorizado tanto pelos defensores tradicionais do capitalismo quanto pelos marxistas. Para os capitalistas, o enaltecimento do trabalho acontece no momento da criação propriedade privativa e o alcance do superávit através do lucro. Já na ideia marxista o trabalho mercadoria (MARX, 1993), amparado pelos donos das riquezas, não possui preço ou razão para o trabalhador que se observa impossibilitado de desempenhar sua liberdade e criatividade no trabalho exercendo suas funções com um sentimento de estranheza perante o todo, ou seja, alienado.

Assim, o sentido do trabalho, por sua atribuição psicológica e social, varia, na medida em que deriva do processo de atribuir significados e se apresenta associado às condições históricas da sociedade. É um construto sempre inacabado (TOLFO, 2007; PICCININI, 2007).

No Brasil os resultados preliminares das pesquisas sobre sentido do trabalho (MORIN, TONELLI & PLIOPAS, 2003; OLIVEIRA, PICCININI, FONTOURA & SCHWEIG, 2004) realizadas com gestores, alunos de cursos de especialização em Porto Alegre e São Paulo, comprovam que o trabalho prossegue sendo fundamental na vida dos indivíduos e que estas procuram, no mesmo período, facilidade para a realização de suas tarefas dentro das organizações e também para a sociedade. Além disso, valores como variedade na natureza das tarefas, aprendizagem, autonomia, reconhecimento, bem como a função de garantir a sobrevivência e segurança são fundamentais para que o trabalho tenha sentido.

2.5. Renda

Segundo Hoffman (1972) mesmo com a falta de dados referentes a classe de concentração da renda e da riqueza (e apesar das limitações dos dados existentes) parece claro que para o modelo de divisão da receita é um dos motivos mais essenciais a apontar a escolha de uma determinada forma de progresso, na percepção de que, dado algum modelo de divisão, as possibilidades de condições de política de progresso são, obrigatoriamente, restritas, pois a organização de divisão da receita mantém em grande parte o sistema de roteiro de importações e a estrutura produtiva, pela extensão de mercados que gera para bens específicos.

Não é preciso dizer que a influência se exerce também no sentido inverso, da organização da produção para o perfil de distribuição da renda. Este está profundamente associado com a competência de economizar e de criar receita. Acerca da percepção de tal relacionamento, não debateremos aqui. Queremos apenas, no momento, frisar o papel central que desempenha, no processo de desenvolvimento, a estrutura de repartição da renda.

De fato, as dimensões de diversidade rendimento familiar per capita demonstram que o percurso da queda, criado por volta do ano de 1990, atribui-se uma força evidentemente mais acentuada a partir de 2001, assim permanecendo durante os anos subsequentes, até 2005. Uma das conclusões desse procedimento é que, nesse ano, as diversidades atingiram seu menor grau nos últimos 30 (trinta) anos. No entanto, apesar dos avanços, a concentração de renda brasileira ainda é extremamente alta, encontrando-se o Brasil entre os países com mais elevados níveis de desigualdade.

Mesmo com a queda atual, a desigualdade de renda brasileira continua com níveis elevados. A renda apropriada de 1% mais rica da população equivale 50% da população mais pobre. De acordo com esses dados, os 10% mais ricos ficavam com mais de 40% da renda, enquanto os 40% mais pobres respondem por menos de 10% da renda total (BARROS *et al.*, 2006, p. 35).



3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. Histórico de acolhimento no Brasil

De acordo com Rizzini (2007), historicamente o Brasil vem progredindo e mudanças atreladas à política de assistência para população de vulnerabilidade social ou até mesmo abandono, tanto de crianças e adolescentes estão passando por mudanças. Essas mudanças começaram aos poucos, com a interferência da política de assistência, que antes era do domínio da igreja e passou progressivamente para o estado. Com essa modificação de domínio, em uma época que o infanticídio não era consagrado crime, a “roda dos expostos” (1726-1950), instituição de crianças no Brasil durante o período colonial, era o local destinada a adoção dessas crianças.

Baptista (2006) explica que o surgimento das primeiras Rodas dos Expostos foi no século XVIII, inseridas em: Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789) e São Paulo (1825). As crianças que eram rejeitadas pelos pais, eram chamadas de Enjeitados, elas eram manuseadas em cilindros de madeira localizados na Santa Casa de Misericórdia. Esse costume durou até mais ou menos 1950, onde foi fechada última Roda dos Expostos em São Paulo. Conforme Viegas (2007), no seguimento de recebimento e andamento da roda dos expostos, os bebês “enjeitados” eram enviados e cuidados pelas amas-de-leite externas, quando essas crianças completavam sete anos, eram encaminhadas de volta para Casa dos Expostos, onde procuravam novas casas de família, ou outra alternativa para serem criados.

No ano de 1871 foi gerado o decreto n. 5.532, que instituía a criação do “asilo de meninos desvalidos”, destinado para recolher meninos de doze anos que fossem vistos vagando pelas ruas, de antemão as meninas eram acolhidas pela Santa Casa desde 1740. Em 1923 teve a criação do juizado de menores, instituição com objetivo de oferecer assistência á criança e adolescente desamparados (AZEVEDO, 2007).



Após a criação do juizado de menores, foi aprovado o Código de menores em 1927, primeiro documento legal para crianças até 18 anos. De acordo com Silva (2002, n. p.),

[...] este código destinava-se a legislar sobre as crianças de 0 a 18 anos, em estado de abandono, quando não possuísem moradia certa, tivessem os pais falecidos, fossem ignorados ou desaparecidos, tivessem sido declarados incapazes, estivessem presos há mais de dois anos, fossem qualificados como vagabundos, mendigos, de maus costumes, exercessem trabalhos proibidos, fossem prostitutas ou economicamente incapazes de suprir as necessidades de sua prole.

O Código foi criado em resposta para a sociedade que exigia uma ação adequada do Estado, para essas crianças em situações prejudiciais nas ruas, em resultado do abandono, e assim necessitando da ajuda do Estado.

Em 1942, surgiu SAM (Serviço de Assistência ao Menor), durante o Governo de Getúlio Vargas. Segundo Berger e Gracino (2005, p.172) estabeleceu uma política de assistência destinada a crianças e adolescentes, que equivalia ao sistema penitenciário para os menores.

A implantação do SAM tem mais a ver com a questão da ordem social que da assistência propriamente dita. [...] Vinculada ao Ministério da justiça e do juizado de menores, tem como competência orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação dos menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono. (FALEIROS, 2009, p. 55).

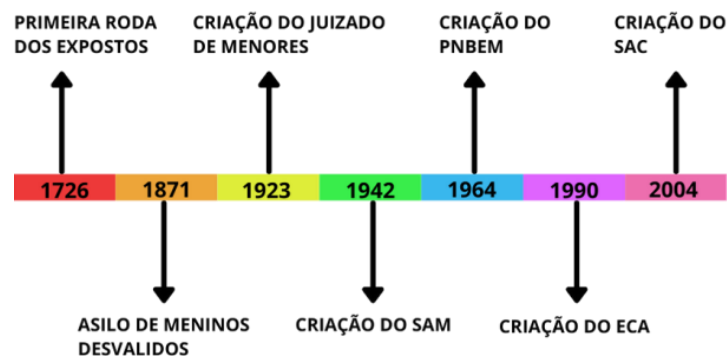
A infância e a adolescência no período da administração militar (1964) passaram a ser preocupação nacional e responsabilidade do governo militar. A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) foram instituídos em função do uso de drogas e do aumento de jovens em situação de rua. Nesta fase, também foram desenvolvidas soluções, como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FEBEM), que visa a detenção de “menores irregulares” de acordo com as normas nacionais como forma de reinserção na sociedade (RIZZINI & PILOTTI, 2011).

De acordo com Silva (2004), diversas associações foram criadas pela Constituição Federal de 1988 para se unir na luta, concepção e implementação da

Lei da Infância e da Juventude de 1990 (Lei Federal nº 8.069 / 90). A partir da Lei da Criança e da Juventude (ECA), crianças e jovens mudaram de "alvos de aconselhamento" para "alvos de direitos e obrigações".

Em 2004, teve o surgimento do SAC (rede de serviço de ação continuada), que tem o intuito de propor melhoras na vida da população, assim priorizando as necessidades da população menor de idade em situação de vulnerabilidade. O SAC é junto à Secretária de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Combate à fome (BERGER; GRACIANO, 2005).

Figura 2 - Histórico do acolhimento no Brasil



Fonte: Autoral (2021).

3.2. O Acolhimento e suas Modalidades

O acolhimento é uma vertente de garantia dos direitos das crianças e adolescentes com esgotamento físico e mental em situações que requerem cuidados especiais, pois irão viver em locais diferentes da sua origem e conviver com pessoas que não são seus familiares (MELLO, 2004).

Crianças e adolescentes que vivenciaram situações constrangedoras em decorrência de violações e violações de seus direitos, como violência doméstica, abuso sexual, drogas, recusa e perda da família e aproximação com instituições podem ser outro fator de interferência, podendo ser entendido como uma punição (HASHIMOTO, 2012).



Existem quatro formas de acolhimento, abrigo institucional, casa lar, família acolhedora e república, para melhor atender às necessidades dos menores. Analisar sob os aspectos de situação familiar, história de vida, idade, motivos da ida ao hospedeiro, e o tempo necessário para permanecer no hospedeiro. Segundo Conanda (2009), vale ressaltar que todos os tipos de medidas provisórias e todos os trabalhos realizados em abrigos visam garantir o retorno dos menores para suas famílias de origem, caso não haja essa possibilidade, há adoções condicionais.

3.2.1. Abrigo Institucional

Recomenda-se ter aparência de casa, estar localizado em área residencial e utilizar equipamentos disponíveis na comunidade. Nenhuma identificação é permitida para garantir a intimidade e segurança dos menores. O público-alvo são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, com até 20 crianças e adolescentes hospedados (CONANDA, 2009). A equipe profissional mínima é composta por um coordenador, uma equipe técnica (2 profissionais), um cuidador / educador (1 profissional para cada 10 usuários) e um auxiliar / educador do cuidador (1 profissional para cada 10 usuários) (MDS, 2009).

3.2.2. Casa Lar

Seu objetivo é acomodar temporariamente menores que estejam sob medidas de proteção. É necessário um casal ou uma pessoa para servir como educador / cuidador residente. A residência utilizada como Casa Lar não pode ser propriedade do cuidador / educador. A sugestão é que ela esteja localizada em uma área residencial e siga o mesmo modelo socioeconômico da sociedade na qual está inserida. A família tem como objetivo atender a irmãos, crianças e grupos de jovens, podendo morar em um abrigo por muito tempo. O público-alvo são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, podendo acomodar até 10 crianças (CONANDA, 2009). A equipe profissional mínima é composta pelo seguinte pessoal: Coordenador (máximo de 03 domicílios, 1 pessoa), equipe técnica (1



profissional), cuidador / educador (1 profissional), cuidador auxiliar / educador (1 profissional)) (MDS, 2009).

3.2.3. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Constitui uma forma de receber crianças e jovens em domicílios de famílias cadastradas, supervisionadas e selecionadas. Essa medida é pouco conhecida e utilizada no Brasil, mas é permanente no exterior. Assim como em outros serviços de enfermagem, neste caso, todas as diretrizes da Lei da Infância e da Juventude são levadas em consideração. Este modelo é adequado para o atendimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que têm a oportunidade de retornar ao lar ou à família adotiva. O número de pessoas aceitas varia de acordo com a avaliação da equipe técnica responsável (CONADA, 2009). Nesse caso, a equipe profissional é composta por um coordenador e uma equipe técnica (2 profissionais, até 15 famílias) (MDS, 2009).

3.2.4. República

Este modelo oferece alojamento e apoio a grupos de jovens em situação de fragilidade social, relações familiares rompidas ou enfraquecidas e / ou sem contacto com os serviços de acolhimento de crianças e jovens. O local deve ter o aspecto de residência particular e estar sujeito a supervisão técnica, além de estar localizado em área residencial da cidade. A República ajuda a dar assistência em todo o processo de estabelecimento da autonomia e independência social e pessoal. O tempo de permanência é limitado, mas segundo avaliação da equipe técnica responsável, poderá haver prorrogação. A faixa etária do público-alvo são jovens de 18 a 21 anos (CONANDA, 2009).

4. PROBLEMÁTICA EMPÍRICA

Ao trabalhar espaços de assistência, notamos que as pessoas carentes e vulneráveis sofrem com a ausência da enorme escassez de locais destinados ao acolhimento desses indivíduos.

Na maior parte das vezes, os espaços de assistência não deixam que essas pessoas passem por necessidades básicas e continuem vivendo na pobreza sem ter qualquer tipo de suporte, seja ele relacionado à saúde ou até mesmo ao financeiro e de moradia. Porém, a alta escassez desses locais destinados aos indivíduos se deve ao fato de respectivas instalações necessitarem de um alto custo operacional, somente suprido por meios de doações ou de verbas municipais.

Vale ressaltar também que são oferecidos trabalhos em trocas de alimentos para essas pessoas, que por muitas das vezes, por não terem opções acabam aceitando esses trabalhos para poderem levar alimentos para suas casas. Além do mais, o desemprego para esses indivíduos já faz parte de sua rotina, o que acaba prejudicando demasiadamente suas condições e deixando os mesmos sem esperanças de algum dia enfrentar essas dificuldades e saírem dessa situação.

Alguns desses indivíduos, a minoria, tem um trabalho, porém, este trabalho não é fixo, ou seja, ficam fazendo “bicos” em diversos lugares para conseguir dinheiro e comprar seus alimentos ou coisas de suas necessidades. Existem alguns grupos de apoio em Bom Jesus do Itabapoana RJ que arrecadam doações dos cidadãos e repassam para esses indivíduos e suas famílias, o que acaba fazendo uma enorme diferença na vida dessas pessoas.



Entretanto, nem sempre as doações ocorrem com a mesma frequência, o que acaba dificultando o trabalho desses grupos para repassarem as arrecadações e, os indivíduos que necessitam dessas doações não podem ter a certeza de que irão ser ajudados todos os meses com as mesmas quantidades de doações, fazendo os mesmos economizarem o máximo seus alimentos para que possam ser utilizados nos dias em que não receberem a ajuda.

Por tanto, com essas ajudas dos doadores, a situação dos indivíduos já é relativamente melhor, pois possuem doações de alimentos e produtos de higiene para suprirem suas necessidades básicas. Apesar dos doadores serem a minoria da população, o trabalho é feito com muita determinação e esperança de que um dia a situação desses indivíduos melhore.

5. JUSTIFICATIVA

O número de pessoas em situação de rua, ou de extrema pobreza, é uma realidade crescente no Brasil. Dados do IPEA revelam que no Brasil ocorreu um crescimento de 140% (cento e quarenta por cento) em meados de 2012, totalizando aproximadamente 222.000 (duzentos e vinte e dois mil) cidadãos brasileiros em situação de rua em março de 2020 e, encaminha-se para expandir em decorrência da crise econômica e mais recentemente com a crise instituída pela pandemia do covid-19.

Conforme o censo da FIPE do ano de 2020 (dois mil e vinte), a maior parte dos indivíduos que vivem na rua é masculina, mais precisamente 84% (oitenta e quatro por cento) mediante 16% (dezesseis por cento) das mulheres. Vale ressaltar que, por mais que seja uma porcentagem inferior, se comparada com a dos homens, a classe das mulheres mostra uma alta dimensão de vulnerabilidades, visto que enfrentam episódios de agressões.

Dados da IPEA revelam que uma grande massa da população carente constituída por vendedores ambulantes, guardadores de carro, alguns profissionais autônomos, entre outros, com a crise sanitária deixaram de viver em suas residências, ingressando em situação de rua.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), cerca de 25,4% (vinte e cinco vírgula quatro por cento) dos cidadãos brasileiros, mais precisamente 50.000.000 (cinquenta milhões) de indivíduos vivem nas margens da pobreza, possuindo apenas a quantia de R\$ 387,07



(trezentos e oitenta e sete reais e sete centavos) mensalmente, valor empregado pelo Banco Mundial a fim de determinar se um indivíduo tem condições precárias e vive na miséria.

O tema se torna relevante quando percebemos o aumento significativo do estado de extrema pobreza causando uma porcentagem maior da população em estado de rua. É considerável observar que as políticas públicas, por muitas vezes, acabam se tornando ineficientes, o que alavanca o aumento desses indivíduos e há uma grande falha a respeito do acolhimento e suporte a essa população.

Desse modo, percebemos que o crescimento de pessoas em situação de rua só vem aumentando ao passar dos anos na cidade de Bom Jesus do Itabapoana, não só nela, mas também em cidades de médio e grande porte Brasileiras.

A partir desse breve análise, propomos para o trabalho de conclusão de curso um projeto arquitetônico de uma edificação que seja planejada totalmente voltada para atender as necessidades do público alvo. Buscando maneiras mais sustentáveis de reaproveitamento de água, uso de energia solar e soluções com pequenos custos. Além de explorar maneiras de se autossustentar e com isso promover empregos para essa população vulnerável.

Esse centro de apoio tem como principal objetivo criar um espaço acolhedor que possa fazer com que essa população se sinta de novo pertencente à sociedade. E assim, fornecer o mínimo existencial, por meio da área de saúde, educação e da segurança, para que os mesmos tenham a oportunidade iguais e assim terem uma vida digna, entregando o melhor para suas famílias e tendo uma qualidade de vida melhor.

6. OBJETIVO GERAL

Propor um projeto/requalificação de um centro de apoio para população em situação de rua e classes de vulnerabilidade no contexto de bom Jesus do Itabapoana-RJ. Assim, implementando um espaço que possa oferecer melhores condições de vida e a reinserção das pessoas em situação de rua e classes de vulnerabilidade na sociedade.

6.1. Objetivos Específicos

- Dar suporte especial a população de rua;
- Auxiliar na condição de vida da população carente, com ajuda da assistência social pelo centro POP e o outro pelo CRAAS;
- Estudar os materiais construtivos para definir quais atenderam proposta da estrutura;
- Elaborar diagnóstico da área de intervenção social e sua abrangência:
- Buscar um projeto que interaja de forma a suprir as necessidades das classes de vulnerabilidade.
- Promover melhor qualidade de vida para essa população:
- Ajudar na reinserção na sociedade.



7. DELIMITAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

O público alvo do presente trabalho, sendo aplicado na cidade de Bom Jesus do Itabapoana -RJ, tem o foco nos indivíduos com idades entre 0 (zero) e 80 (oitenta) anos em situações precárias ou que enfrentem algum tipo de vulnerabilidade, a fim de garantir a tais indivíduos apoio básico como suporte alimentar, consultas médicas e salas de aprendizagem de acordo com a faixa etária de cada indivíduo.

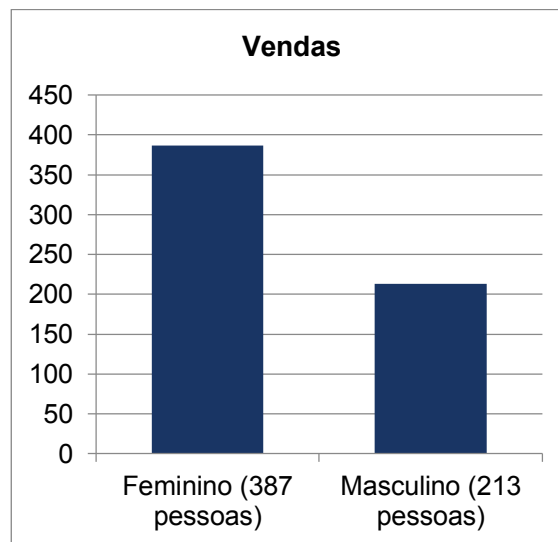
7.1. Caracterização da População

As análises a seguir foram obtidas através de uma pesquisa realizada no projeto da A Rede X, na cidade de Bom Jesus do Itabapoana, e vamos utilizar esse dados como base para obter o público alvo. Os indivíduos apresentados são os que eles auxiliam, esse projeto atende por volta de seiscentas pessoas, entre elas a maior parte é do sexo feminino. Podemos observar também que o nível socioeconômico dessas pessoas é baixo, tanto financeiramente quanto ao nível social, e a grande maioria possui mais de um filho, o que torna a situação ainda mais complexa.

7.1.1. Por Gênero

De acordo com a análise, entre os grupos vulneráveis analisados, as mulheres dominam em sua maior parte, pois muitas delas são mães solteiras menores de idade ou mulheres responsáveis pela renda familiar. Esses dados provam que o público feminino é mais vulnerável do que o masculino na sociedade, visto que o índice de vulnerabilidade feminino é maior, conforme Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - População que frequenta A Rede X

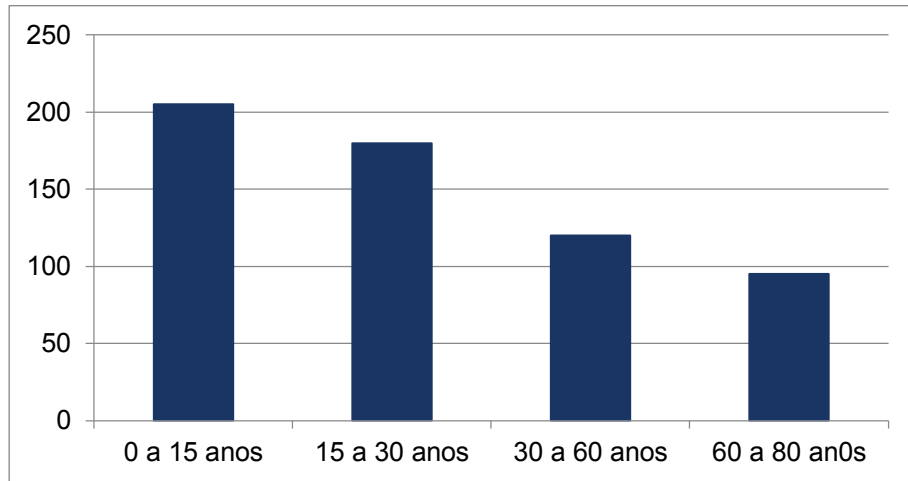


Fonte: Autoral (2021).

7.1.2. Por Faixa Etária

Conforme a análises, foi possível observar que a predominância maior da população em análise está entre as idades de zero a quinze anos, pois os pais trabalham e esses indivíduos acabam ficando sozinhos em suas residências, e na maioria das vezes não tem o que comer e se dirigem a Rede X para saciarem sua fome.

Gráfico 3 - Diferença de quantidade de pessoas por idade



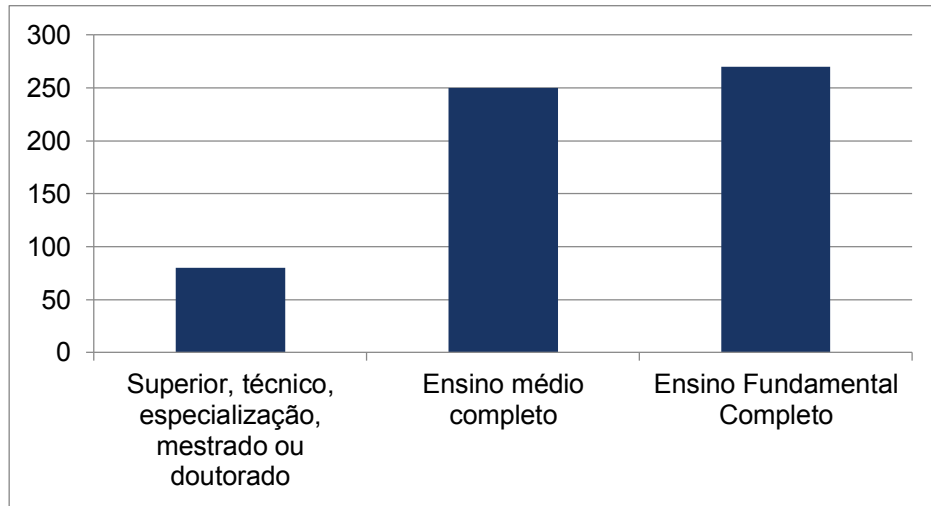
Fonte: Autoral (2021).

7.1.3. Por Escolaridade

Tendo em vista o período de pandemia iniciado no ano de 2020 e vivenciado até o ano corrente, foi observado que o índice de escolaridade desses indivíduos piorou, pois não possuem condições financeiras adequadas para adquirirem os equipamentos necessários para estudarem em suas respectivas residências (internet, computador, celular) e acabam sendo ainda mais prejudicados.

No Gráfico 4 a seguir é possível notar o quanto são irregulares as condições da população vulnerável em análise. Como restou claro, a maioria possui apenas o ensino fundamental completo, e há além disso quantidade significativa de pessoas com o ensino médio completo.

Gráfico 4 - Escolaridade da população vulnerável

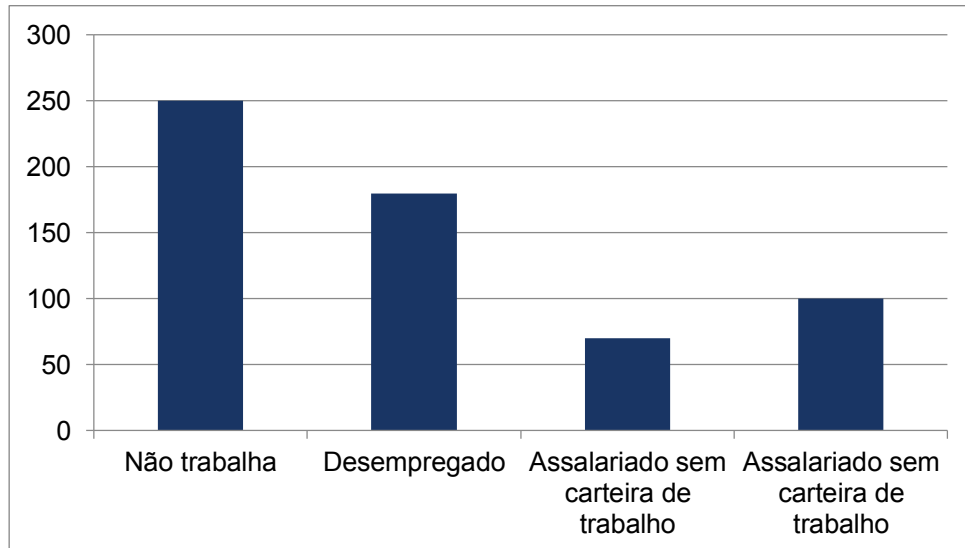


Fonte: Autoral (2021).

7.1.4. Mercado de Trabalho

A pesquisa demonstrou que maior parte desses indivíduos está desempregada, estando sujeita a doações e caridades da sociedade, e outra parte não possui a carteira de trabalho e exercem atividades como diaristas e fazem “bicos” com o objetivo de arrecadar dinheiro para realizar suas necessidades básicas, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 - Situação do mercado de trabalho

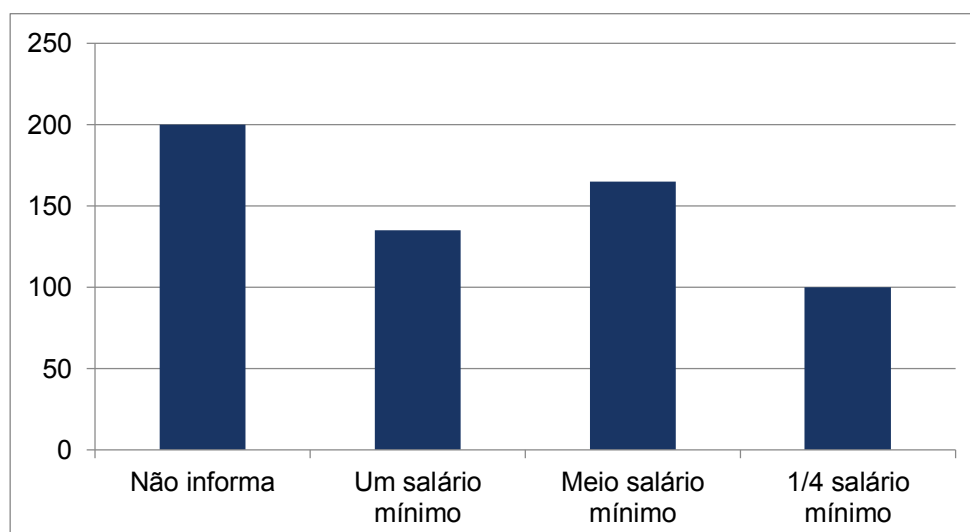


Fonte: Autoral (2021).

7.1.5. Renda

Como se denota no Gráfico 6, a maioria dos indivíduos optou por não informar a sua renda mensal e os que informaram mostraram um padrão em auferir até um salário mínimo. A renda proveniente do trabalho é extremamente baixa, e menos da metade da população recebe um salário mínimo.

Gráfico 6 - Caracterização da renda



Fonte: Autoral (2021).

8. TERRENO

O terreno de escolha para o Centro de apoio para moradores de rua e classes de vulnerabilidade está localizado em Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro, no Rua Bonifino Cardoso Mello, 45, Belvedere. Além de o terreno possuir uma localização considerada privilegiada e estar situado perto do centro do município, já foi usado para uma instituição de saúde, cujo um dos fundadores é pertencente ao ciclo familiar da autora, logo, o mesmo fazia parte da herança familiar, porém, por motivos alheios, hoje pertence ao governo do Estado.

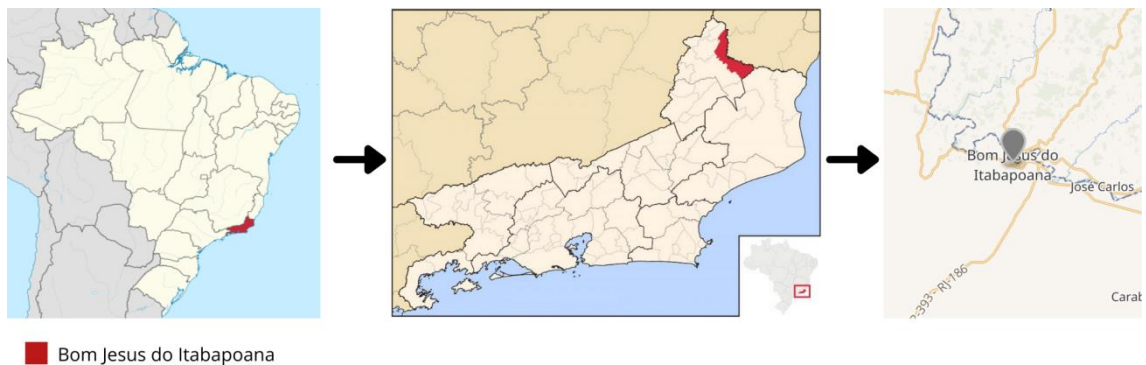
Esse terreno possui um grande potencial para auxiliar o novo projeto, visto que o local era uma Casa de Saúde, um espaço que recebia as pessoas que estavam enfermas e tratava-as e, a partir de agora, irá receber os indivíduos em vulnerabilidade social com suas dificuldades.

8.1. Macro e Microlocalização

8.1.1. Macrolocalização

Como o Mapa 1 traz abaixo, a macrolocalização do terreno onde se encontra o local escolhido para a realização do projeto para a sede do Centro de Apoio para População em Situação de Rua e Classes de Vulnerabilidade:

Mapa 1 - Macrolocalização do terreno de escolha para a implantação do projeto



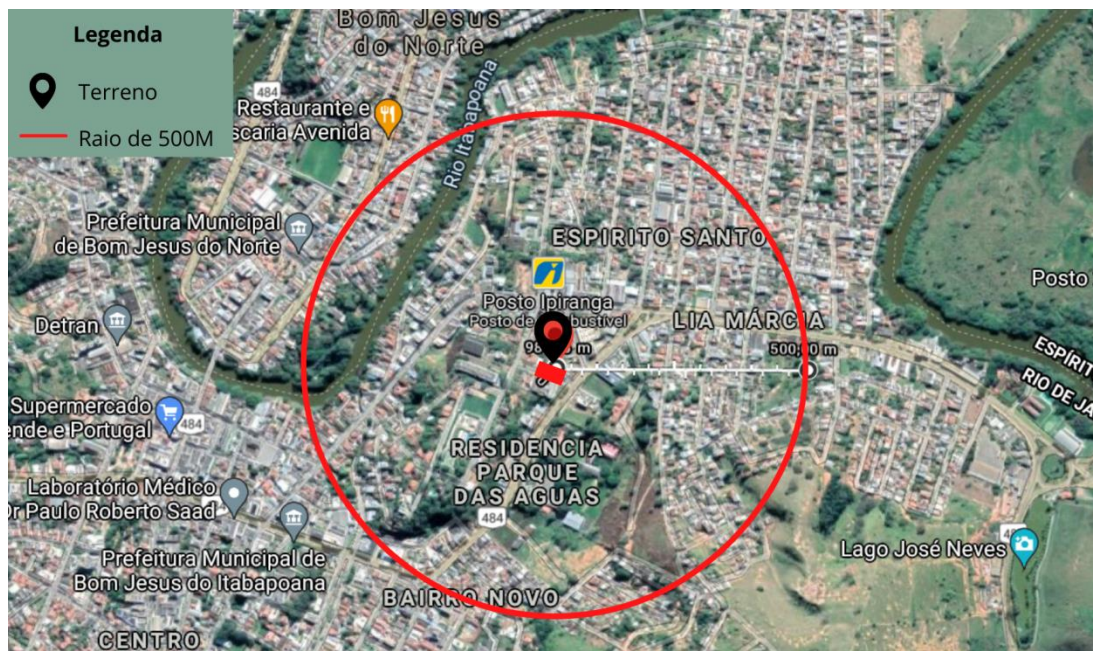
Fonte: Google imagens, com adaptação pessoal (2021).

Bom Jesus do Itabapoana, como anteriormente relatado, é um município do norte do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Ele está localizado a uma altitude de 88 metros acima do nível do mar. A população cadastrada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, ano do último censo, era de 35.411 habitantes de acordo com o IBGE. Com uma área de 598,84 quilômetros quadrados, e a cidade forma uma metrópole com a vizinha cidade de Bom Jesus do Norte (ES). O município pertencia à mesorregião Noroeste Fluminense, do estado do Rio de Janeiro.

8.1.2. Microlocalização

Como o Mapa 1 traz abaixo, a macrolocalização do terreno onde se encontra o local escolhido para a realização do projeto para a sede do Centro de Apoio para População em Situação de Rua e Classes de Vulnerabilidade:

Mapa 2 - Recorte raio de 500m, Microlocalização do terreno de escolha para a implantação do projeto



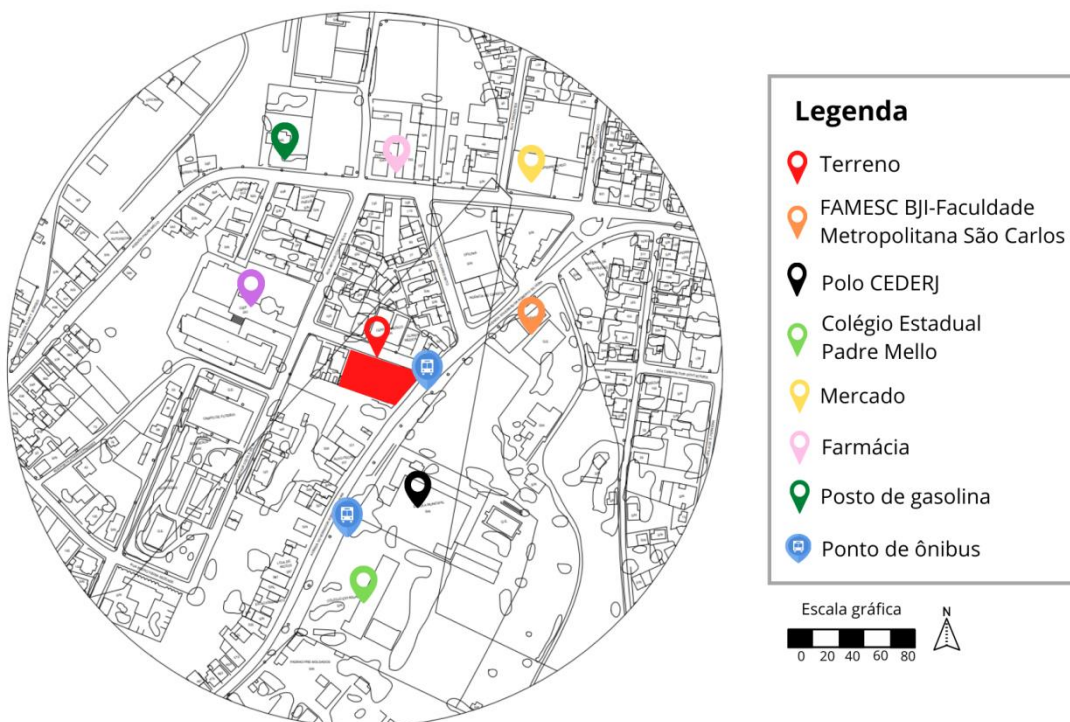
Fonte: Google Maps, com adaptação pessoal (2021).

É possível notar, assim, que a localização do terreno escolhido é numa zona perto do centro, ficando mais perto dos bairros vulneráveis, e de fácil acesso, com ponto de ônibus localizado na esquina do terreno.

8.1.3. Equipamentos Relevantes

Como o Mapa 3 traz abaixo, o recorte do terreno em análise para o estudo dos equipamentos mais relevantes do seu entorno:

Mapa 3 - Recorte raio de 500m, equipamentos relevantes para o terreno em análise.



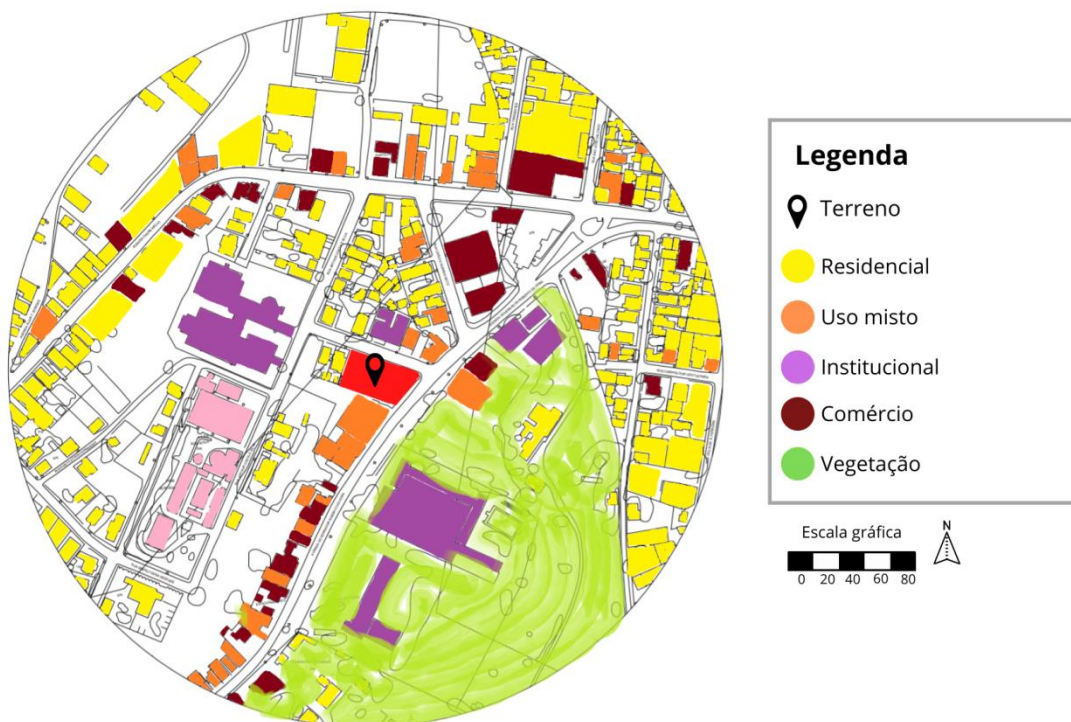
Fonte: Autoral (2021).

Com o raio de 500m, tem uma variedade de elementos relevantes, como, escolas, mercado, farmácia, faculdades, entre outros.

8.1.4. Uso e Função

Como o Mapa 4 traz abaixo, o recorte do uso e funções ao redor do terreno em análise:

Mapa 4 - Recorte raio de 500m, uso e função



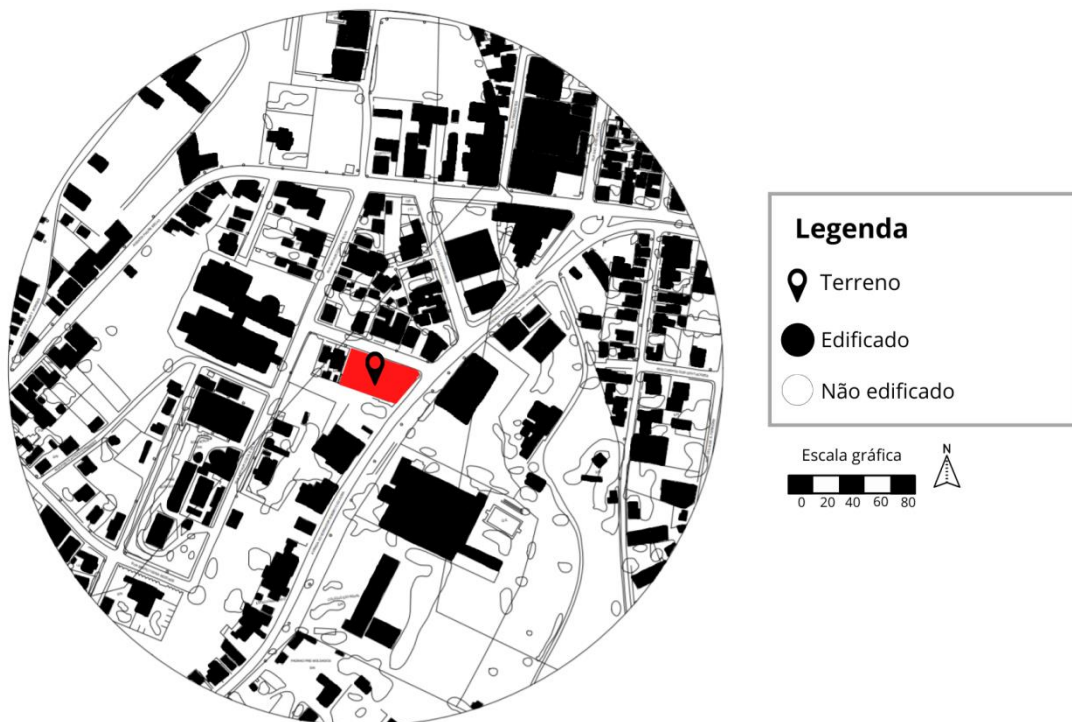
Fonte: Autoral (2021).

É uma área predominante residencial, porém o terreno é próximo do centro, e com isso tem vários comércios perto, além, de ter instituições de ensino público perto.

8.1.5. Cheios e Vazios

Como o Mapa 5 traz, é possível observar que o entorno do terreno é predominante por área edificada.

Mapa 5 - Recorte raio de 500m, uso e função

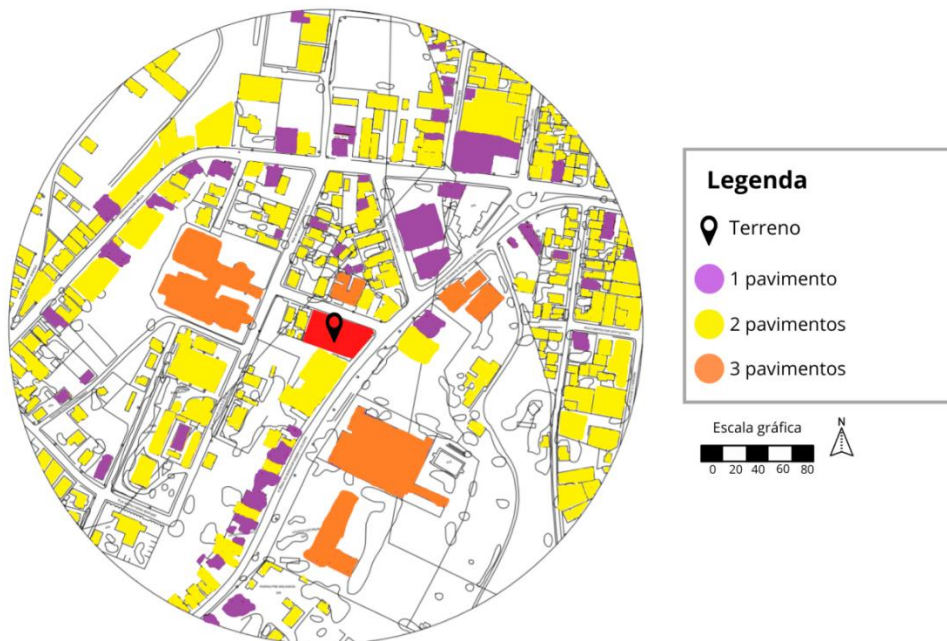


Fonte: Autoral (2021).

8.1.6. Gabarito

Como é notado no Mapa 6 abaixo, a área é predominante de dois pavimentos, mas com grande parte de um pavimento.

Mapa 6 - Recorte raio de 500m, Gabarito

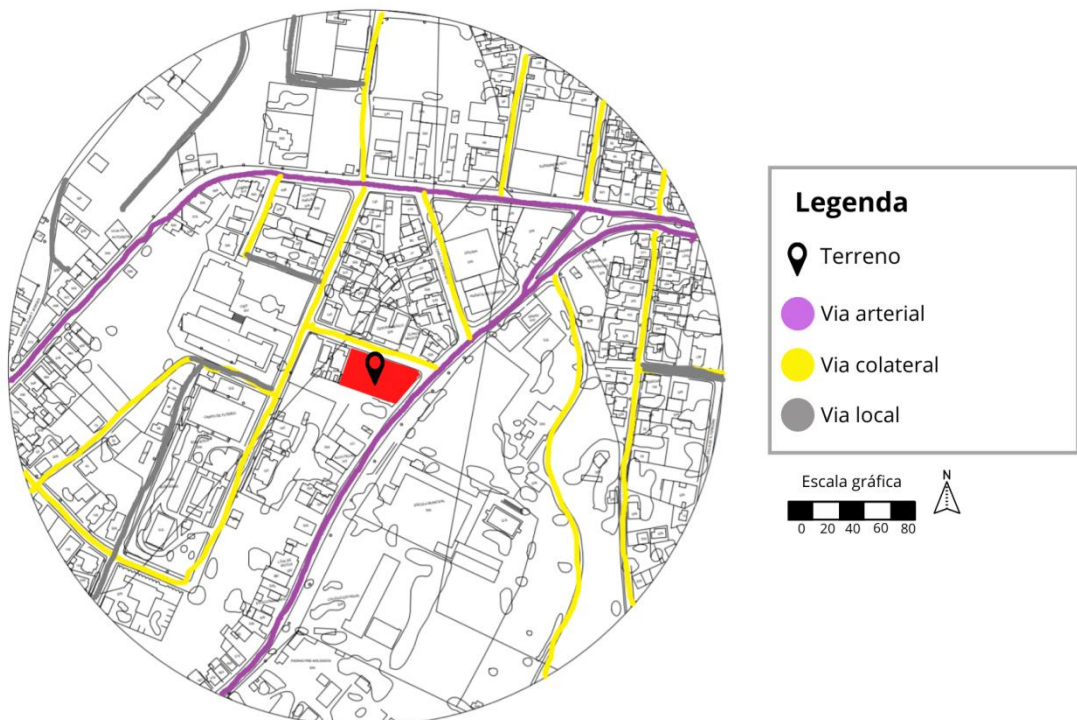


Fonte: Autoral (2021).

8.1.7. Macrolocalização

Como trazido abaixo no Mapa 7, as principais são as ruas artérias, onde tem o maior fluxo de carros. O terreno é ligado a uma rua arterial e outra colateral.

Mapa 7 - Recorte raio de 500m, Gabarito



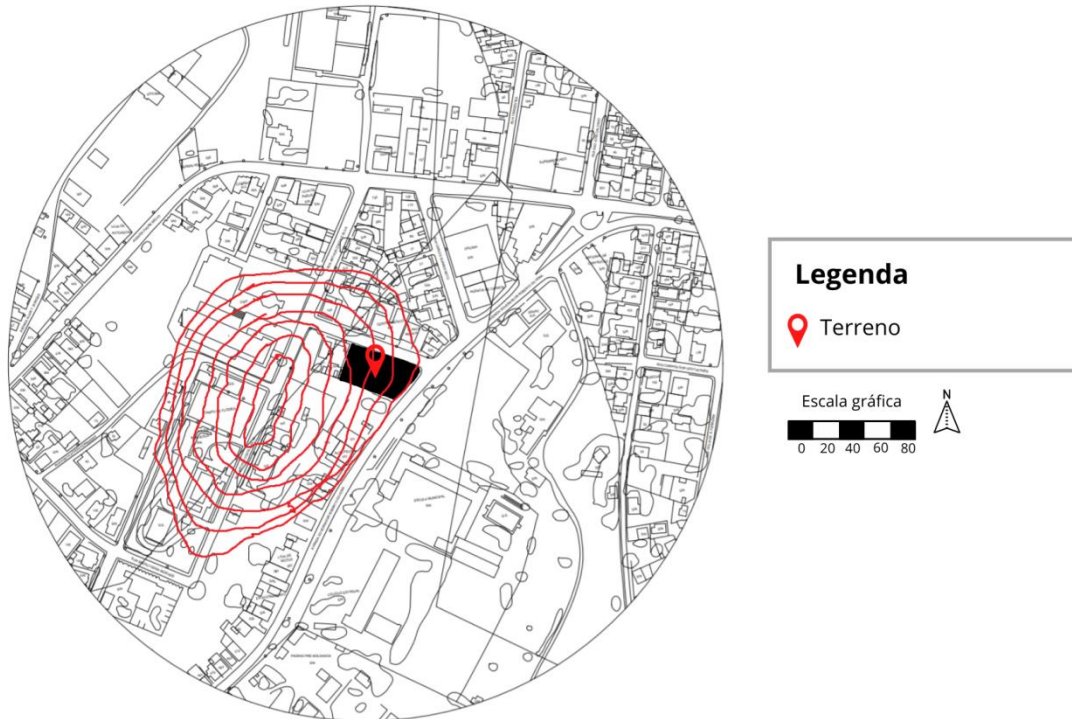
Fonte: Autoral (2021).

8.2. Condicionantes Ambientais

8.2.1. Topografia

Como explicita o Mapa 8, o terreno se encontra numa área de declínio, no começo do morro. Porém, tendo em vista que se trata de uma área que já foi anteriormente construída, o terreno foi aplanado, estando atualmente nivelado.

Mapa 8 - Recorte raio de 500m, Topografia

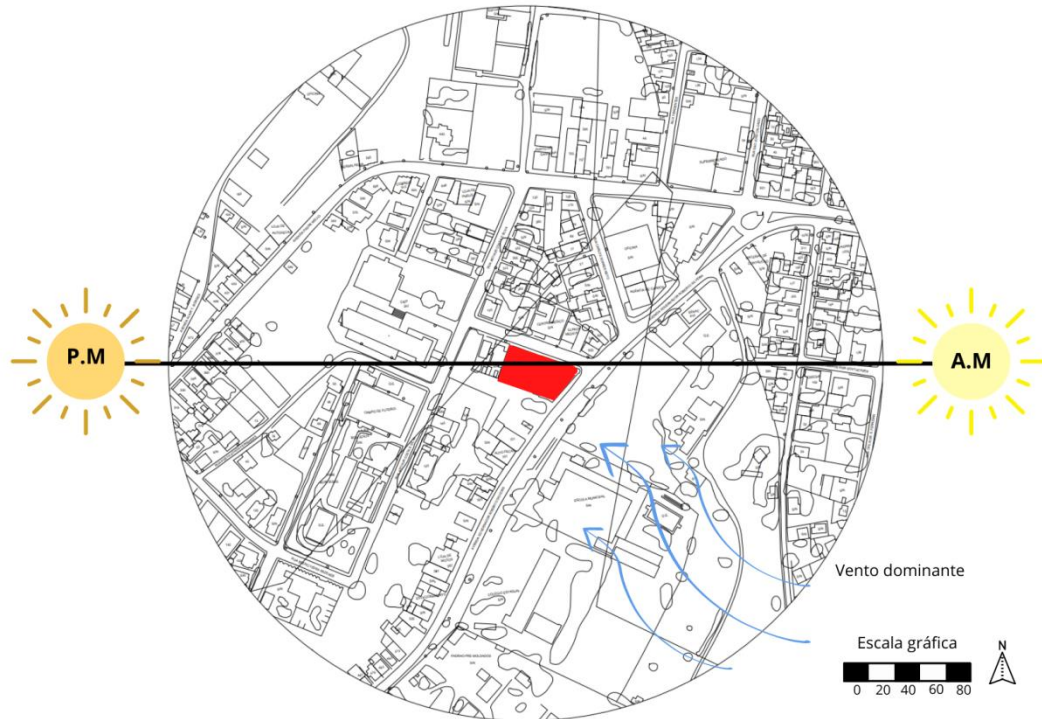


Fonte: Autoral (2021).

8.2.2. Insolação e Ventilação

Conforme observado no Mapa 9, os ventos predominantes são do sudeste. A fachada do terreno está localizada ao norte, onde haverá maior incidência solar, e onde não vai ter nenhum ambiente de permanência, assim utilizando mais as outras fachadas. Por ser um terreno com nível alto, ele não será alagado.

Mapa 9 - Recorte raio de 500m, sol e ventilação



Fonte: Autoral (2021).

9. ANÁLISE DE VISITAS

9.1. Projeto A Rede X

A cidade de Bom Jesus do Itabapoana possui um centro de assistência social denominado "A rede x". O objetivo desse local é atender a comunidade em condições de vulnerabilidades e de pobreza, visando o bem-estar da população. Criada há 2 (dois) anos, a rede x já é um dos maiores grupos de assistência social na região, atendendo mais de 100 (cem) famílias apenas no município onde se localiza.

A sede da Rede X está localizada no bairro Pimentel Marques, em uma área na qual a situação dos indivíduos é precária. A sede possui uma área de estudos, com voluntários capacitados, área de assistência médica, com profissionais voluntários, sala de informática e biblioteca e um espaço de lazer para promover atividades físicas e de esportes para as crianças. Abaixo está a imagem da fachada da sede da instituição, na Figura 3.

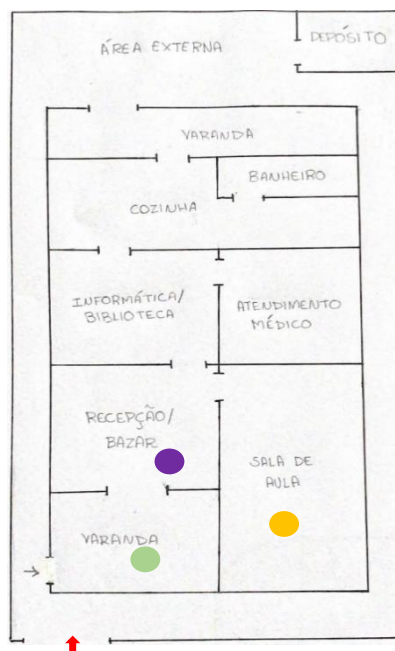
Figura 3 - Sede da Rede X



Fonte: Instagram da Rede X (com adaptação pessoal) (2020).

A parte inicial da sede possui uma varanda não utilizada e logo em seguida uma sala de recepção que é utilizada para o bazar de roupas, para atender às pessoas e explicar o funcionamento do projeto. Ao lado se encontra a sala de aula, cujo objetivo é trazer um reforço escolar para as crianças e futuramente um curso preparatório para missionários. Conforme Figura 4 a 7, pode-se notar a planta e cômodos da instituição.

Figura 4 - Croqui da planta baixa



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Figura 6 - Varanda



● Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Figura 5 - Recepção/Bazar



● Fonte: Arquivo pessoal (2020).

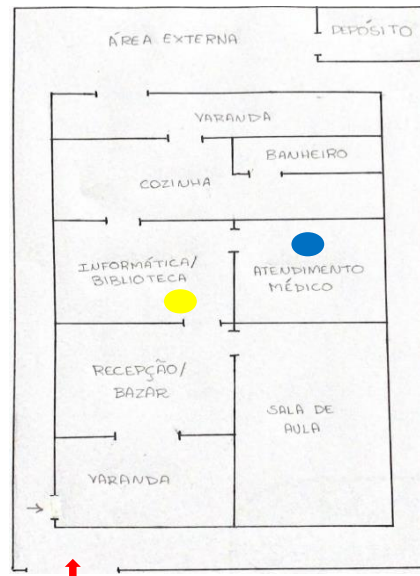
Figura 7 - Sala de aula



● Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Em um outro cômodo da residência está separado para a ala de informática/biblioteca, porém no momento só está disponível 1 (um) computador para beneficiar as crianças que frequentam o local. Ao lado se encontra a sala de atendimento médico, nela são encontrados atendimentos de fisioterapia, farmacêuticos, psicológicos e de educação física, como demonstrado nas Figuras 8, 9 e 10.

Figura 8 - Croqui da planta baixa



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Figura 9 - Informática/Biblioteca



● Fonte: Arquivo pessoal (2020).

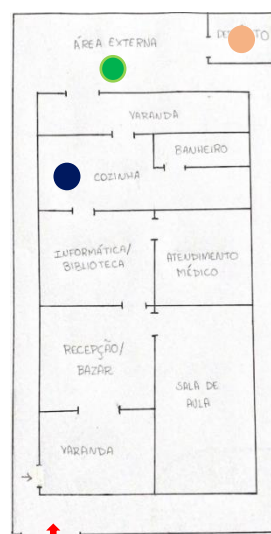
Figura 10 - Atendimento médico



● Fonte: Arquivo pessoal (2020)

A sede também possui uma cozinha equipada com eletrodomésticos para fornecer o café da manhã e almoço dos integrantes. A área externa da sede é utilizada para atividades de recreação, além de possuir uma horta em desenvolvimento. Ao lado se encontra o depósito de alimentos e de higiene pessoal, como Figuras 11, 12 e 13.

Figura 11 - Croqui da planta baixa



↑ Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Figura 12 - Cozinha



● Fonte: Arquivo pessoal (2020)

Figura 13 - Área externa e Depósito



● Fonte: Arquivo pessoal (2020).



Aos sábados, das sete horas às onze horas da manhã a instituição fornece um café da manhã e almoço para as famílias, juntamente com atividades de entretenimento com as crianças. É importante ressaltar que os voluntários desse projeto não estão concentrados apenas nesse local, realizando também fazem ações sociais em outros bairros e ajudam pessoas de outras cidades.

Por essa sede estar localizada em uma residência, observa-se várias deficiências em seu ambiente como espaços pequenos e mal organizados, o que acaba dificultando o seu funcionamento. Também podemos observar a falta de acessibilidade e de equipamentos específicos para a realização das atividades.

Por fim, com todas essas ressalvas, nada impede o funcionamento dessa sede, visto que possuem voluntários empenhados com a causa e determinados a ajudar as pessoas que se encontram em vulnerabilidade.

9.2. IDES (Irmandade do Divino Espírito Santo)

Figura 14 - Sede da IDES



Fonte: Instagram da IDES, com adaptação pessoal (2021).

O IDES (Irmandade do Divino Espírito Santo) é uma organização católica, caritativa, beneficente e sem fins lucrativos. Fundado em 1773 e sediada em Florianópolis, é administrada por uma comissão voluntária, eleita por meio de eleições, atualizada a cada dois anos. O provedor é o principal representante do comitê. Sustenta-se por meio de doações, contribuições financeiras, promoções, convênios, apoio a parceiros e aluguel. Atualmente, oferece diversos projetos sociais, educacionais, culturais e profissionais, com o objetivo de inserir beneficiários em diferentes áreas sociais. Alcança diretamente a média diária 800 crianças, adolescentes, jovens e suas famílias residentes na comunidade da Grande Florianópolis. Atende por meio de quatro projetos, divididos por faixa etária e atividades de educação social. São eles: Lar São Vicente de Paulo, Centro de Educação Infantil Girassol, EducArte e Formação de Aprendizes.

O Lar São Vicente de Paulo recebe crianças entre zero e seis anos por meio do conselho tutelar, e ficam sob a tutela até que sejam encaminhadas para o seu destino. Eles possuem a capacidade de atender até vinte crianças. A casa lar está localizada no mesmo terreno que o da sede principal, porém sua estrutura fica em um nível mais baixo (Figura 14). Um dos motivos para a casa lar

ficar um pouco distante é que nesse local o espaço é menor e a capacidade para atender as crianças é inferior.

Abaixo é possível observar por outro ângulo a Sede do Lar São Vicente.

Figura 15 - Sede Lar São Vicente



Fonte: Instagram da IDES (2021).

O Centro de Educação Infantil Girassol é uma creche e pré-escola, onde atendem quatrocentas crianças, porém devido à pandemia, não possuem aulas presenciais no momento (Figura 16).

Figura 16 - Sede Centro de Educação infantil e Formação Aprendiz



Fonte: Instagram da IDES (2021).



O EducArte se localiza em outra unidade e atende crianças e adolescente entre seis e quatorze anos. Possuem um turno escolar, de manhã as crianças vão para a escola e de tarde ficam nessa unidade e vice-versa, oferecem também atividades, reforço escolar etc.

A formação aprendiz (Figura 14) oferece aulas de preparação para encaminhamento do jovem para o mercado de trabalho através do programa jovem aprendiz, no qual ficam sessenta por cento do tempo na empresa e quarenta por cento na unidade para aulas de capacitação e formação.

A sede principal possui um prédio de seis andares e interliga com as outras unidades, porém é nela que se encontra o setor administrativo, o centro de educação infantil girassol e a formação aprendiz. A maioria das salas é ocupada pela creche, as demais salas são para a formação aprendiz e o setor administrativo ocupa apenas o térreo. Possui também um auditório na parte superior do edifício.

Cabe destacar que, tendo em vista a pandemia que acomete o mundo atualmente, a autora não pôde visitar presencialmente o local, sendo também complexo o envio de imagens de todos os espaços por parte da diretoria do espaço.

10. REFERÊNCIA PROJETUAL

10.1. Específica

10.1.1. Casa Rana / Made in Earth.

Figura 17 - Casa Rana / Made in Earth

CASAS - TIRUVANNAMALAI, ÍNDIA

Arquitetos: Made in Earth

Área: 150 m²

Ano: 2013



Fonte: ArchDaily Brasil (2019).

A referência projetual se baseia na Casa Rana / *Made in Earth*, uma organização italiana sem fins lucrativos que apoiou uma Organização Não Governamental (ONG) indiana denominada *Terre des Homes Core Trust*, com o objetivo de desenvolver uma rede integrada de edifícios e atividades para as comunidades locais em situações precárias na região de Tamil Nadu, na Índia (CASTRO, 2019).

O projeto casa Rana faz parte de um programa especial de assistência a crianças órfãs ou abandonadas. Além de ser uma casa confortável e de possuir ambientes alegres, ela também possui treinamentos para a vida profissional e atividades que focam no aprendizado e educação dos indivíduos.

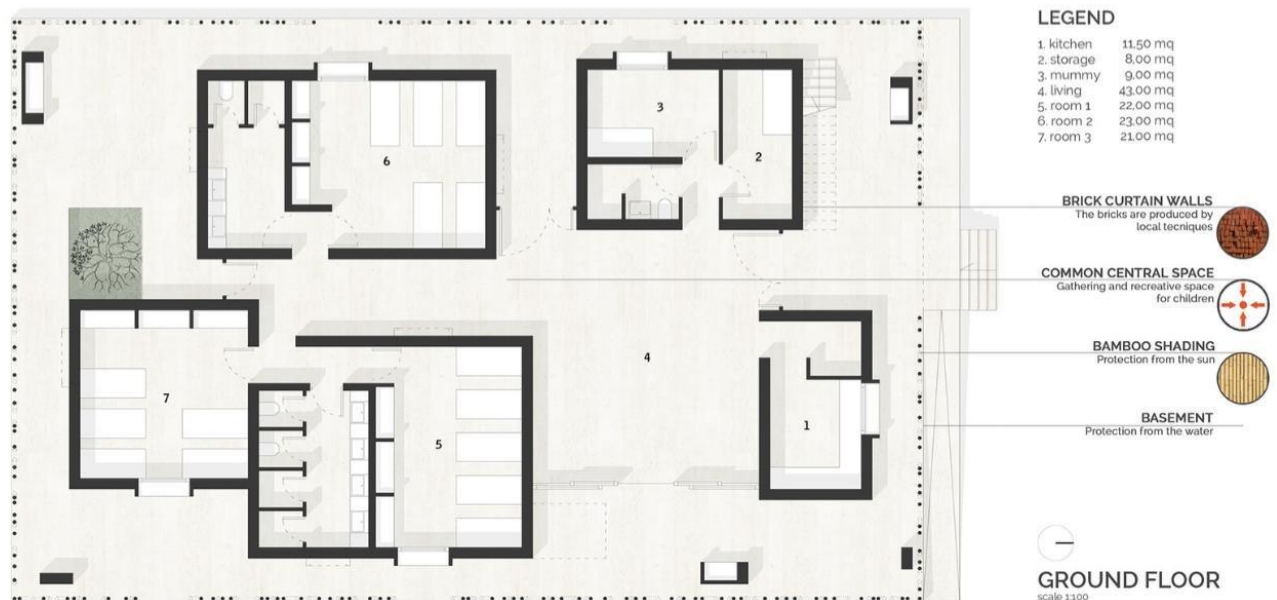
O edifício possui duas Lajes de concreto e uma laje de piso com a cobertura caminhável. Também possui banheiros, cozinha, sala de estar, escritório e três dormitórios para os indivíduos, conforme Figuras 18 e 19.

Figura 18 - Casa Rana / Made in Earth



Fonte: ArchDaily Brasil (2019).

Figura 19 - Planta Baixa



Fonte: ArchDaily Brasil (2019).

Por ser uma casa para crianças, o local lembra uma casa de brinquedo, pois possui paredes coloridas, chaminés de ventilação natural, uma cortina de bambu que cria sombras ao seu redor. Foi desenvolvido por todos os integrantes e contou com a participação das crianças.

Figura 20 - Corte



Fonte: ArchDaily Brasil (2019).

Figura 21 - Corte



Fonte: ArchDaily Brasil (2019).

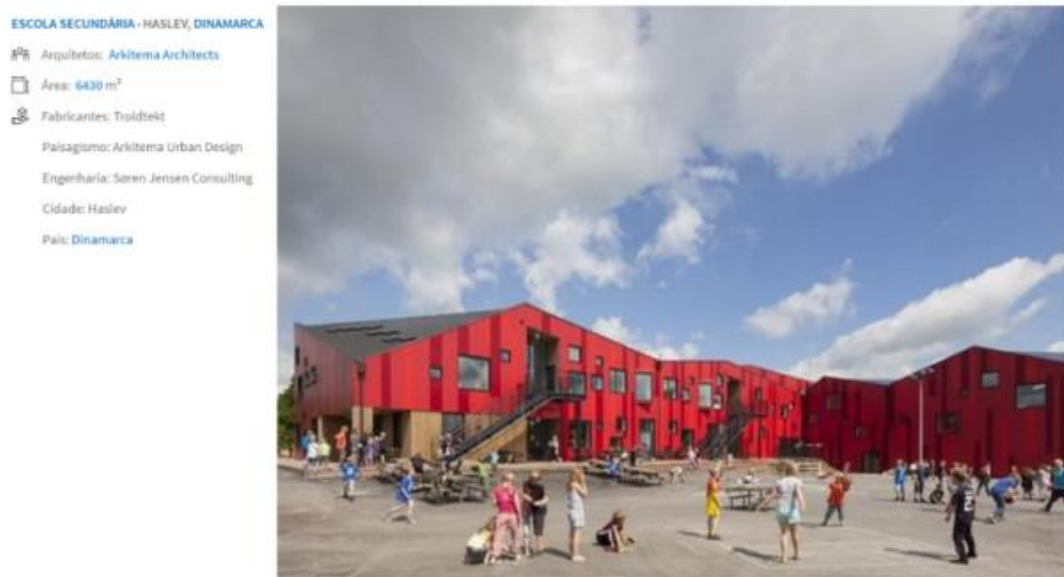
Nesse projeto, vários critérios foram colocados em prática, um exemplo é a segurança do local, o que deixa as crianças livres e protegidas para se divertirem encontra suas mães realizam as atividades. Por ser um projeto em um local de terceiro mundo, os recursos disponíveis em relação aos profissionais capacitados

e materiais de construção são difíceis de serem encontrados. A casa Rana foi realizada com técnicas tradicionais de construção e desenvolvimento.

10.2. Específica

10.2.1. Escola Vibeeng / Arkitema Architects

Figura 22 - Escola Vibeeng / Arkitema Architects



Fonte: ArchDaily Brasil (2017).

A escola é caracterizada por suas lúdicas paredes externas vermelha (Figura 22), área externa de educação e telhado, que criam oportunidades ideais para a instalação de claraboias voltadas para o norte e painéis solares. Elementos que contribuem para o nível de energia da escola. A escola possui uma forma de expressão atrativa, lúdica e viva, aliada ao contato próximo com a natureza e a luz, para incentivar crianças e adultos a terem a alegria de aprender em um ambiente desafiador.

O volume retangular é uma característica do ambiente circundante, mas o arquiteto optou por intercalá-los para obter uma forma de "estrela", que contrasta fortemente com a área, além da cor vermelha. A característica da cobertura do edifício possui várias águas, além de criar um formato único, o edifício também ajuda a resistir às intempéries (água / neve) da região. A área externa da escola é

caracterizada por grandes extensões de grama quase sem vegetação. Esses espaços são voltados para as atividades comunitárias, sociais, esportivas e educacionais promovidas pela escola. Devido às condições climáticas e ambientais da área, é razoável que não haja vegetação de médio / grande porte no exterior do edifício.

Figura 23 - Implantação da escola



Fonte: Issuu (2019).

Figura 24 - Área externa da escola



Fonte: ArchDaily Brasil (2017).

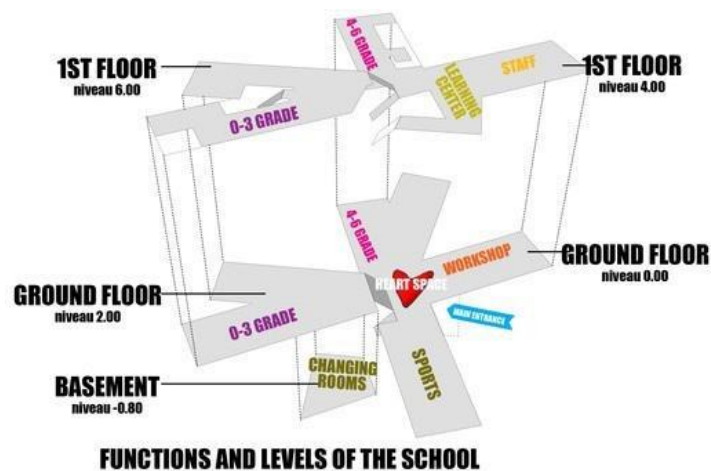
O espaço "coração" está localizado no centro do projeto, de forma dinâmica, formando uma grande escada multifuncional em sua parte inferior. Escadas e plataformas adicionais criam e fornecem acesso ao centro de



aprendizagem, vistas do saguão e conexões com o corpo docente e a área central.

De modo geral, a sala de aula pode acomodar 20 alunos. Todos os quartos têm aberturas para o terraço ao ar livre. A área de seminários abrigará atrações da cidade, reuniões comunitárias, feiras e exposições de arte. A área de lazer está equipada com mesas de jogos, bancos, cadeiras e quadra poliesportiva fora do campus. HeartSpace é a parte central da escola. Todas as trocas de informações são realizadas entre alunos x professores x público. O objetivo é criar um espaço vibrante na escola. Embora a escola tenha uma passagem principal clara, o prédio tem entrada / saída lateral, o que aumenta a interação social do público e expõe mais luz natural no interior do prédio. Devido à forma sobreposta do prédio, um pátio externo é criado ao redor da escola, criando um ambiente mais agradável para o público e reduzindo a área ociosa do prédio. Conforme Figuras 25 e 26 abaixo.

Figura 25 - Mapa esquemático



Fonte: ArchDaily Brasil (2017).

Figura 26 - Escada da escola



Fonte: ArchDaily Brasil (2017).

Em termos de forma, o edifício é caracterizado por um grande número de aberturas na fachada, escadas assimétricas e externas, estrutura metálica e formas evidentes na fachada. O volume do edifício é baseado na inserção de prismas, além do grande número de aberturas para criar maior iluminação natural nos ambientes, e sua cobertura torna a edificação singular por causa de suas formas. De modo geral, a arquitetura é imponente em relação ao seu entorno, tanto paisagístico quanto arquitetônico/urbanístico.

11. LEGISLAÇÃO

Para o planejamento e execução da Sede do Centro de Acolhimento, será necessária a utilização de leis importantes para sua correta implantação, leis com: Lei do Parcelamento do Solo Urbano, Uso e Ocupação do solo, Código de Obras do Município, COSCIP (Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico) e as normas de Acessibilidade Universal.

11.1. Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 547/1999)

A Lei do Parcelamento do Solo Urbano serve para controlar e fiscalizar o uso do solo urbano, sendo assim, ela deve ser consultada toda vez que se pretender iniciar um projeto dentro da cidade de Bom Jesus do Itabapoana.

O terreno em questão está localizado em uma Zona de Ocupação Prioritária, sendo essa aquela que se encontra abaixo do atual reservatória de água. Assim, com lote mínimo de 125m², e testada mínima de 5m, e os que estão situados nas esquinas (caso do terreno utilizado) deverão ter estadas em ambos os logradouros. Conforme abaixo, é possível extrair requisitos presentes na Lei nº 547/1999 nos seguintes artigos:

Art. 3º - A Zona de Ocupação Prioritária é aquela que se encontra abaixo da curva de nível 120, cota 45, isto é, abaixo do atual reservatório de água (CARTA DO BRASIL, ESC. 1:50.000 – FOLHA SF-24-G – 1-2)

Art. 9º - Os projetos de parcelamentos de verão obedecer, pelo menos, aos seguintes requisitos:

§ Único – os lotes situados em esquinas deverão obedecer às exigências cabíveis de testadas em ambos os logradouros.

Tabela 1 - Requisitos para o projeto

	Lote Min. (m ²)	Testada (m)	Área p/ Praça	Área p/ Equipam.	Área p/ Ruas	Total de Área Públ.
Ocupação Prioritária	125,00	5,00	10%	13%	12%	35%
Ocupação Secundária	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Paisagística	500,00	15,00	30%	5%	10%	45%
Proteção	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Brasil (adaptado), (1999)



11.2. Código de Obras do Município (Lei nº 546/1999)

O Código de Obras é fundamental à situação ao possibilitar o controle e fiscalização da administração municipal, assim obtendo um controle e segurança dos projetos em execução.

11.2.1. Demolições – Capítulo V

Para a execução da demolição deverá ter a autorização e licença da Prefeitura Municipal, e tomar todas precauções necessárias para garantir a segurança e bem estar da população, e a demolição deverá acontecer em até trinta dias. Conforme a Lei Municipal nº 546/1999 (BRASIL, 1999) trata em seu capítulo V, sobre demolições:

Art. 38º - Para executar qualquer demolição, total ou parcial, o interessado deverá obter, previamente, autorização da Prefeitura Municipal.

Art. 40º - Para demolição total ou parcial de edificações com mais de um pavimento, o proprietário ficará sujeito a concessão de licença para demolição, que deverá ser solicitada, por requerimento, à Prefeitura Municipal

Art. 42º - Em qualquer demolição, o proprietário ou o profissional encarregado da demolição, porá em prática, conforme o caso, todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos operários, do público, das benfeitorias, dos logradouros e das propriedades vizinhas.

Art. 43º - A Prefeitura Municipal poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer as horas, mesmo que a noite, dentro das quais uma demolição deva ser feita. Terminada a demolição, o proprietário ou responsável pela demolição deverá fazer comunicação à Prefeitura Municipal.

Art. 44º - O prazo para demolição será de 30 (trinta) dias, prorrogáveis a critério da Prefeitura Municipal.

11.2.2. Das Condições Gerais Relativas às Edificações – Capítulo VII

Para execução da obra será necessário utilizar normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal, como: Toda edificação deverá ter abertura vertical situada para via pública, abertura e ventilação de cômodos de permanências deverão ter distância de três metros; Afastamento mínimo de cinco metros frontal e fundos e laterais com três metros, e escadas com largura mínima de um metro e vinte



centímetros; A edificação deverá atender as normas da ABNT referente ao direito da pessoa portadora de deficiência, e será obrigatório o uso de rampa quando não tiver elevador. Sobre as condições gerais relativas às edificações, podemos observar:

Seção II – Das fundações:

§ Único – As fundações deverão ser totalmente independentes das edificações vizinhas já existentes e integralmente situadas dentro dos limites do lote.

Seção III – Das Paredes e dos Pisos:

Art. 67º - As paredes, quando executadas em alvenaria de tijolo comum, deverão ter a espessura mínima de 0,15m.

Seção VIII – Dos Vãos de Iluminação e Ventilação:

Art. 82º - Todo compartimento, seja qual for o seu destino, deverá ter abertura em plano vertical diretamente para a via pública ou área interna do lote para fins de iluminação e ventilação.

Art. 86º - Abertura para iluminação ou ventilação dos cômodos de longa permanência confrontantes, em unidades diferentes, no mesmo lote, deverão guardar entre si distância superior a 3,00 m.

Seção IX – Dos Muros e Passeios:

Art. 93º - Sempre que o nível do terreno for superior ao logradouro público ou quando houver desnível entre lotes, deverá ser construído muro de arrimo e de proteção ou feito corte com inclinação máxima de 60º.

No que tange aos critérios para aprovação da Prefeitura Municipal, a Tabela 2 abaixo traz o compilado do que o art. 101 da Lei nº 546/1999 apresenta.

Tabela 2 - Afastamento mínimos

<u>AFASTAMENTOS MÍNIMOS</u>						<u>GABARITO MÁXIMO</u>		<u>TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA</u>	
<i>Frontal</i>		<i>Lateral</i>		<i>Fundos</i>		<i>Zona Paisag.</i>	<i>Zona de Ocup. Priorit.</i>	<i>Até 7 m</i>	<i>De 7 m a 21 m</i>
Até 7 m	De 7 m a 21 m	Até 7 m	De 7 m a 21 m	Até 7 m	De 7 m a 21 m	7 m	21 m	60%	40%
3,00 m	5 m	1,50 m	3 m	3,00 m	5 m				



Fonte: BRASIL (1999).

Ainda a legislação trata:

Art. 103º - Nas edificações de caráter comercial e público e nos prédios de apartamentos, a largura mínima das escadas, rampas e corredores deverá ser de 1,20 m.

Seção XII – Das Edificações Institucionais:

Art. 182º - Todas as fachadas que tiverem acesso ao exterior deverão ter afastamento mínimo de 5,00 (cinco metros).

Art. 183º - A altura máxima das edificações ou número de pavimentos deverão obedecer aos estabelecidos pela Lei de Zoneamento.

Art. 184º - Os prédios públicos deverão atender as normas da ABNT relativas aos direitos das pessoas portadoras de deficiência quanto ao acesso e uso dos compartimentos dos mesmos.

§ Único – Será obrigatória a colocação de rampa de pedestres e as mesmas deverão ter no máximo 8% (oito por cento) de inclinação, quando não existir elevador. Justificativa: Inclusão no projeto de Lei apresentado.

11.2.3. Código de Segurança contra Incêndio e Pânico para o Estado do Rio de Janeiro, Decreto Lei 897 de 21 de setembro de 1976

O artigo 90 do DL 897/1976 estipula que a saída do local de reunião deve comunicar-se diretamente com as vias pública, ao passo que o 91 enfatiza as saídas de emergência, que podem levar aos corredores, pátios ou galerias, logo que comuniquem diretamente com a via pública.

11.2.4. NBR 9050/2004

Está planejado para ser desenvolvido de acordo com os padrões atuais para tornar o ambiente acessível a todos, serão utilizadas as diretrizes descritas na NBR 9050. Todos os requisitos descritos na norma, serão considerados e também os requisitos mais específicos, retratada no item 7 referente à acessibilidade de banheiros e vestiários, o item 8.2.3 significa na padronização de restaurantes, lanchonetes, bares e similares, o item 8.3 está relacionado à guia de reserva de acomodação, item 8.2.3 cozinha, item 8.6 para escolas e salas de aula, item 8.7, para bibliotecas e locais de leitura, item 8.8.3 em relação ao atendimento



ao público, 9.2.1 em relação aos locais de reunião, por exemplo, auditórios, teatros e lugares semelhantes



12. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Resenha de “As causas da pobreza no Brasil”. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/resenhascausa.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

ARCHDAILY. Escola Secundária, Haslev, Dinamarca. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/802733/escola-vibeeng-arkitema-architects?ad_medium=widget&ad_name=more-from-office-article-show. Acesso em: 05 jun. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

BOM JESUS DO ITABAPOANA. **Dados Gerais do Município**. 2021. Disponível em: https://bomjesus.rj.gov.br/site/dados_gerais-pagina-5-2-5. Acesso em: 03 dez. 2020.

_____. Lei nº 546, de 14 de setembro de 1999. Disponível em: https://www.bomjesus.rj.gov.br/site/ver_arquivo/legislacao/546_1999_codigo-de-obras.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

_____. Lei nº 547, de 14 de setembro de 1999. Disponível em: https://www.bomjesus.rj.gov.br/site/ver_arquivo/legislacao/547_1999_lei-do-parcelamento-do-solo-urbano.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População de Bom Jesus do Itabapoana**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/bom-jesus-do-itabapoana/panorama>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desigualdade de Renda no Brasil**: uma análise da queda recente. 2006. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Memória da Administração Pública Brasileira. **Asilo dos meninos desvalidos**. 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/256-asilo-dos-meninos-desvalidos>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CARNEIRO, Hellen Silva; DUTRA, Rosyane de Moraes Martins. Acolhimento institucional: um breve histórico da assistência à criança em São Luís – MA. **VII Congresso de educação**. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA3_ID3036_14082019222902.pdf. Acesso em 10 jun. 2021.



CASTRO, Fernanda. Casa Rana / Made in Earth. **ArchDaily Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/778446/casa-rana-made-in-earth>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CONSÓRCIO FATOR, CONCREMAT & VG&P. **Estudos técnicos e planejamento para a água e a universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário**. Disponível em: http://www.rj.gov.br/consultapublica/documentos/Grupo_4_-_Planos_Municipais_de_Saneamento/Planejamento_Universalizacao_-_Bom_Jesus_de_Itabapoana.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

COSTA, Ana Carolina Pontes. As políticas de proteção da infância e adolescência e a educação: reflexões a partir da década de 1920. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/03.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

D'ÁVILA, Helena. **CENTRO DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**. 2014. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2985/1/CT_COARQ_2014_1_01.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Adir Valdemar. A pobreza humana: concepções, causas e soluções. ISSUU. Disponível em: https://issuu.com/editoriaemdebate/docs/pobreza_humana. Acesso em: 10 mar. 2021.

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira Seabra. Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais. **Revista Científica FACMAIS**, 2015. Disponível em: https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2015/08/artigos/historico_social_pobreza.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

IPEA. **População em situação de rua cresce e fica mais exposta ao Covid-19**. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3581. Acesso em: 12 mar. 2021.

IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. **História**. 2021. Disponível em: <https://www.ides-sc.org.br/sobrenos>. Acesso em: 04 maio 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **O essencial da didática e o trabalho do professor em busca de novos caminhos**. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/82642968/libaneo-o-essencial-da-didatica>. Acesso em: 02 mar. 2021.



MOLINA, José Artur. **A cultura do desapego**: consumo e sofrimento político. Disponível em: http://fio.edu.br/saudemental-artigos/arquivos/Trabalhos_Completos.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, Nielmar. **IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha da pobreza**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/bom-jesus-do-itabapoana.html>. 12 mar. 2021.

PASSOS, Pedro Paulo Sena. Metodologias ativas e tecnologia: uma proposta de aula sobre tópicos contextualizado de Função Quadrática com o auxílio do programa Socrative. Tese de pós-graduação (Mestrado em Matemática), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11280/MMat%2011-2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Insistimos%20bastante%20na%20exig%C3%A2ncia%20did%C3%A1tica,de%20desenvolvimento%20mental%20do%20aluno.&text=Ou%20seja%2C%20a%20subjetividade%20e,30>. Acesso em: 10 maio 2021.

PT SENADO. **Desigualdade caiu 80% dos municípios do Brasil em uma década**. 2013. Disponível em: <https://ptnosenado.org.br/desigualdade-caiu-em-80-dos-municipios-do-brasil-em-uma-decada/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

RAMBO, Rafaela. **ABRIGO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**. 2017. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2304/1/2017RafaelaRamboTCC1.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2021.

SILVA, Marina Côrrea Gabriel. **ARQUITETURA DOS EXCLUÍDOS: Um Centro de Apoio ao morador de rua em Alfenas-MG**. 2018. Disponível em: <http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/1112>. Acesso em: 20 maio 2021.

TAVEIRA, Caio. Estudo de caso: Escola Vibeengskolen. Issuu, 2019. Disponível em: https://issuu.com/caiotmbr/docs/estudo_de_caso. Acesso em: 21 maio 2021.

WIKIPÉDIA. **Bom Jesus do Itabapoana**. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bom_Jesus_do_Itabapoana. Acesso em: 20 maio 2021.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant & Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.